

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 28 de novembro de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Patentes

PF apreende Ferrari, jatinho e Rolex em operação contra fabricação ilegal de Mounjaro	3
BRASIL	

Convergência Digital | BR

Propriedade Intelectual

Maior ação internacional do Brasil contra pirataria bloqueia 535 sites e um app	5
CONVERGÊNCIA DIGITAL	

Migalhas | BR-SP

Propriedade Intelectual

STJ: Grafite e direitos autorais	6
PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA	

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Brasil registra menor número de patentes em 5 anos	11
--	----

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Big techs violaram norma do YouTube para treinar IAs com vídeos de Felipe Neto, funk e reportagens	13
ÚLTIMAS NOTÍCIAS	

R7 | BR

ABPI | Câmara de Mediação

Arbitragem avança no agro, mas adesão ainda é tímida	16
PRISMA	

PF apreende Ferrari, jatinho e Rolex em operação contra fabricação ilegal de Mounjaro

BRASIL



A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (27) a Operação Slim para desarticular uma quadrilha envolvida na fabricação ilegal e sem licença do medicamento para emagrecimento Mounjaro (cujo princípio ativo é a Tirzepatida).

A ação cumpriu 24 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O principal alvo da operação é o médico e escritor Gabriel Almeida, que atende em um consultório localizado em uma mansão no bairro dos Jardins, em São Paulo. As investigações, que duraram quase um ano e partiram de uma denúncia da fabricante que detém a patente, apontam que o grupo de Almeida manipulava ilegalmente o princípio ativo do Mounjaro, popular no país.

O médico, que possui mais de 750 mil seguidores nas redes sociais, vendia o produto e o tratamento como se fossem atividades legalizadas.

Apreensões de luxo e acusações

Em posse de médicos, donos de clínicas e profissionais de saúde ligados ao esquema, a PF apreendeu diversos itens de luxo que demonstram o alto poder aquisitivo dos investigados.

Entre os bens confiscados estão carros de luxo, como uma Ferrari, relógios caros da marca Rolex e até mesmo um jatinho, que estaria registrado em nome de um laranja.

Grupo Refit: entenda proposta de lei apontada por Haddad como solução para fraudes financeiras

Segundo a Polícia Federal, o grupo agia sem as devidas autorizações sanitárias ou o pagamento da **patente**, descumprindo regras da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**). A investigação foca na prática de crimes contra a **propriedade** intelectual e na produção ilegal de remédio.

O que diz a defesa do médico

Em nota, a defesa do Dr. Gabriel Almeida negou as acusações de fabricação e manipulação de medicamentos. O comunicado afirma que a atuação do médico se restringe à medicina clínica e à docência.

A defesa alega que a relação de Almeida com a Tirzepatida é estritamente científica e acadêmica, promovendo um debate técnico sobre as diferenças entre a medicação de referência e as possibilidades da medicina personalizada (manipulados).

A defesa ainda pontuou que o objeto da investigação seria uma discussão jurídica sobre **quebra** de patente e direitos de **propriedade** intelectual, e não a saúde pública ou a qualidade do medicamento, e afirmou ainda que a manipulação da Tirzepatida estaria em conformidade com notas técnicas da **Anvisa**.

Apesar da surpresa com as medidas cautelares, o médico adotou uma postura de total colaboração, realizando a entrega voluntária de seus celulares e computadores à PF. A medida se limitou ao cum-

Continuação:
PF apreende Ferrari, jatinho e Rolex em operação contra fabricação ilegal de Mounjaro

primento de mandado de busca e apreensão, sem
restrição à sua liberdade.

-

Maior ação internacional do Brasil contra pirataria bloqueia 535 sites e um app



Maior ação internacional do Brasil contra **pirataria** bloqueia 535 sites e um app

O Ministério da Justiça bloqueou 535 sites, além de um aplicativo de streaming clandestino, ao realizar nesta quinta, 27/11, a 8ª fase da Operação 404, considerada a maior mobilização internacional já conduzida pelo Brasil no combate a crimes contra a **propriedade** intelectual na **internet**.

A ação reuniu autoridades da Argentina, Equador, Paraguai, Peru e Reino Unido, com México e Estados Unidos participando como observadores para conhecer o método brasileiro de enfrentamento à **pirataria** digital.

Nesta etapa, a ofensiva mirou não apenas a remoção de conteúdo ilegal, mas também as estruturas de financiamento e monetização que sustentam plataformas piratas. Foram bloqueados ou suspensos os mais de 500 sites e um app, removendo vídeos, jogos e músicas de repositórios e redes sociais.

O trabalho resultou ainda na execução de 44 mandados de busca e apreensão, quatro prisões preventivas e três prisões em flagrante em diversos estados do país. O objetivo é identificar e responsabilizar administradores e colaboradores de serviços ilegais que violam **direitos** autorais.

A Operação 404 contou com a coordenação da Dio-pi/CGCiber-Ciberlab e com o apoio das Polícias Civis de 17 estados, além de órgãos federais como a Anatel e a Ancine, responsáveis por auxiliar no bloqueio de domínios que violavam **direitos** autorais. A articulação internacional envolveu unidades de investigação cibernética, autoridades regulatórias e associações de proteção à **propriedade** intelectual de diversos países, incluindo entidades do Reino Unido, Estados Unidos, Peru, Argentina, Paraguai, Japão, Coreia do Sul e União Europeia.

Desde 2019, a Operação 404 tem ampliado seu alcance e se consolidado como uma força-tarefa permanente contra a **pirataria** digital. As fases anteriores registraram, juntas, milhares de bloqueios de sites e aplicativos ilegais, prisões, apreensões de equipamentos e remoções de conteúdo em mecanismos de busca e redes sociais - com ações que chegaram até o metaverso, como ocorreu em 2022.

Os investigados nesta fase são suspeitos de operar plataformas usadas para distribuição de conteúdo pirata, atividade que causa prejuízos expressivos ao setor cultural e criativo, impacta a economia e viola direitos de autores e artistas. Para o MJSP, o enfrentamento à **pirataria** digital é essencial para proteger empregos, estimular a inovação e garantir remuneração justa para produtores de conteúdo.

STJ: Grafite e direitos autorais



Supremo decidiu que grafites em via pública podem aparecer como cenário incidental em vídeos sem violar a titularidade artística, equilibrando proteção e liberdade de retratação.

STJ: Grafite e direitos autorais Pedro Marcos Nunes Barbosa e Gustavo Martins de Andrade Supremo decidiu que grafites em via pública podem aparecer como cenário incidental em vídeos sem violar a titularidade artística, equilibrando proteção e liberdade de retratação. quinta-feira, 27 de novembro de 2025

Atualizado em 26 de novembro de 2025 14:54

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

(1) Introdução

Em maio de 2025, o STJ¹ julgou interessante recurso sobre alegada violação a direitos autorais envolvendo grafites em São Paulo, em publicidade da rede social Tik Tok. Os fatos da causa não eram particularmente polêmicos: (a) sem consentimento do autor do grafite alocado no chamado "Beco do Batman", no município de São Paulo; (b) foi gravada

obra audiovisual com coreografia de dança, depois exibida na rede social; e (c) na qual a obra plástica do grafite fora exibida como "pano de fundo", aos movimentos do dançarino, o protagonista do vídeo.

Depois das instâncias instrutoras (Juízo em São Paulo e TJ/SP) terem confirmado a improcedência dos pedidos compensatórios do autor do grafite, o STJ decidiu por conhecer o mérito do litígio.

(2) Contexto

A doutrina² e a jurisprudência nacional não divergem sobre a proteção cabível às modalidades artísticas manifestadas em ágora pública. Não é o fato de uma obra pictórica ser alocada em bem público de uso comum (art. 99, I do CC/02) que a segregaria de alguma forma de tutela autoral³ (art. 5º, XXVII da CRFB, e lei 9.610/98).

Além de uma possível predileção do artista sobre a maior acessibilidade de sua obra, a exibição de uma criação estética "nas ruas", nas paredes das vias públicas, pode significar uma democratização do senso estético. Mesmo quando abertos ao público, sem cobrança de ingressos, pode haver por uma parcela da população a sensação de que museus, galerias de arte ou outros centros de exibição não combinem com seu senso de pertencimento. Talvez não tenham tido a oportunidade de, durante sua tenra infância, frequentar tais núcleos culturais. O hábito ou a exposição⁴ à cultura pode formar gostos.

Ademais, a intervenção do grafite (ou dos afrescos) - em zonas de arquitetura "desalmada" dos grandes núcleos urbanos - pode embelezar a região em que a obra é exposta, transmitir alguma crítica social, engendrar sentimentos ao transeunte. Comunica-se através do simbolismo da expressão humana. Há nisso, significativa função social e urbanística.

Com a redução do tamanho das unidades imobiliárias, fenômeno contemporâneo derivado do en-

carecimentos dos terrenos decorrente da pouca disponibilidade de áreas livres, diminuição dos núcleos familiares, e necessidade de lazer ao ar livre, as áreas urbanas adquiriram nova dimensão, além do embelezamento, de identificação física e política da urbe.

(3) O caso julgado

Como os fatos não eram controvertidos, pode-se sumarizar a polarização argumentativa, pelo lado do autor do grafite pelos seguintes elementos: (a) a obra primígena, grafite, é suscetível de proteção; (b) a legislação pertinente elenca na autorização prévia e expressa do autor (art. 29, da lei 9.610/1998) o seu marco fundante; (c) a criação nova (audiovisual) fez uso da obra primígena (grafite); (d) tal uso consistiria em violação à titularidade do grafite.

De outro lado, pode-se perceber a lógica defendida pelo Tik Tok com base nas seguintes perspectivas⁵: (e) o teor audiovisual também é obra, autônoma, protegida por direitos autorais (art. 7, VI da lei 9.610/1998). O fato de uma obra anterior servir de insumo ou citação da obra ulterior, não deslegitima a última; (f) o local em que uma obra de arte esteja exibida pode importar em como ela pode ser retratada, por alguém, como retratação lateral, periférica ou acessória; e (g) se a gravação/edição da publicidade fizesse utência de alguma tecnologia para "apagar" o grafite exibido nas ruas, então, aí sim poderia haver alguma alegação mais forte quanto o vilipêndio dos direitos autorais.

O STJ acabou por confirmar o entendimento dos juízos instrutores e recursal, mantendo a improcedência dos pedidos autorais. Efetivamente, o Tribunal sediado no Distrito Federal acabou por ponderar os ônus e bônus do autor que decida alocar sua criação estética em via pública. O bônus seria a questão da visibilidade, da popularidade ampliada em virtude da facilitação cognitiva da obra. O ônus, de outro lado, cuida do menor controle que se tem na retratação coadjuvante da obra, em outras obras. O grafite em

via pública é protegível, mas não em qualquer contexto ou intensidade.

(4) Contexto mais amplo

A legislação internacional distingue grafite de pichação, por exemplo o Código Penal francês⁶ e a legislação brasileira vai na mesma linha⁷. Contudo, a matéria não é unânime, tanto que, em outro julgado o STJ decidiu que:

"recurso especial. processual civil. direito autoral. violação. obra artística. grafitismo. manifestação cultural. proteção legal. exploração comercial. autorização do autor. inexistência. logradouro público. e publicidade. fins lucrativos. consentimento. imprescindibilidade. art. 48 da lei nº 9.610/1998 (lda). prejuízo. existência. responsabilidade civil. indenização. danos morais materiais. cabimento. crédito. identificação. indisponibilidade. arts. 24 e 79, §1º, da lda. dissídio jurisprudencial. ausência."8

Portanto, oscila o Tribunal da Cidadania quanto a interpretação acerca do art. 489 da lei de direito autoral brasileira (lei 9.610/98, doravante LDA). A lei permite a representação livre das obras, não a sua reprodução. O fato de a obra original aparecer como pano de fundo de filme retira o caráter de exclusividade, ou preponderância, característico da reprodução.

O foco da lei é impedir que obras originalmente corporificadas em objetos tridimensionais sejam reproduzidas, tanto que a LDA exclui da permissão a escultura, a representação volumétrica, para evitar réplicas de monumentos. Obviamente que maquetes de faculdades de arquitetura e a frequente representação de esculturas e prédios em 3 dimensões, em menor escala (como é o caso de museus, por exemplo a Fundação Louis Vuitton, na França¹⁰), são exceções à incidência da tutela ao titular/autor.

Mas voltando ao Judiciário, o aumento de obras contemporâneas em áreas urbanas, cada vez mais fre-

quentadas, faz surgir naturalmente litígios decorrentes de conflitos de interesses. Em primoroso artigo "Banksy: anonimato e obras em lugares públicos", de leitura impositiva, Sérgio Branco e Júlia Veloso analisam alguns aspectos¹¹.

Para não reproduzir os temas e julgados ali relacionados, refere-se a outra decisão judicial. Numa sentença do TJ/SP foi declarado que o autor de um grafite situado em logradouro público não poderia reclamar da reprodução da obra por revista automobilística, por força do referido art. 4812. No entanto, como a obra sofreu algum retoque visual na publicação, o magistrado concedeu compensação ao autor com base na obrigatoriedade de respeito ao direito moral integridade da obra (art. 24, IV da LDA)¹³. A reprodução seria permitida, mas sem alteração física da imagem original, outro enfoque da representação da obra situada permanentemente em logradouro público.

Merece atenção, também, o caso do artista búlgaro Christo. Ele "embrulhou" o Parlamento alemão em pano, em 1995¹⁴, e um fotógrafo quis comercializar um postal do prédio acrescido da cobertura temporária. O artista se opôs e o fotógrafo invocou o dispositivo da lei alemã equivalente ao já referido art. 48 da LDA. O tribunal alemão proibiu a reprodução da obra no postal já que a permissão legal se destinava a prédios situados permanentemente em logradouros públicos; e a instalação transformava o prédio em obra temporária¹⁵.

(5) Conclusões

O STJ foi feliz na escolha do julgamento meritório de um caso que aprecia formas pós-modernas de manifestações artísticas. A produção de uma norma pretoriana que, sucintamente, coteja os riscos e as possibilidades da estética (nova e original) exibida em logradouro público, colabora para a segurança jurídica - tanto dos artistas "de rua", quanto para quem deseja incluir tais ruas "transformadas" em novas obras.

Uma norma oposta teria o inconveniente pragmático de tornar as ruas com "grafites" tutelados pelo Direito Autoral como munidas de menor autonomia público/privada dos terceiros¹⁶. O artista que tem sua criação exibida em uma avenida, rua ou beco não "privatiza" os olhares e novas manifestações de arte dos não-titulares.

De outra monta, nada precata que o autor de um grafite exibido em via pública possa intentar pretensão específica para que nos "créditos" da obra nova haja a citação completa e suficiente sobre a autoria da criação pictórica. Ou seja, a relativa liberdade da retratação lateral, incidental, do grafite em via pública não é azo à omissão a autoria, ou a quaisquer outros direitos existenciais que guarnecem o autor de tal manifestação plástica.

1 STJ, 3ª Turma, Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, REsp 2.174.943/SP, J. 26/5/2025.

2 VIANNA, Tauanna Gonçalves. Direito de Propriedade e as Obras de Grafite. Rio de Janeiro: Revista da EMARF, n. 34, mai/out de 2021, p. 353 e seguintes; BARBOSA, Pedro Marcos Nunes & CASTRO, Raul Murad Ribeiro de. Graffiti Art Copyright Protection in Brazil: a short analysis. Rio de Janeiro: Revista de Direito da Cidade, UERJ, Fevereiro de 2019, Volume 11, numero 1.

3 "Ha' certos bens que, por sua natureza, fogem a' apropiac̃a~o individualizada: o ar, as a'guas do oceano, as ruas e prac̃as pu'blicas, o conhecimento cienti'fico, sa~o exemplos cla'ssicos dessa categoria. Na~o e' o fato de que tais bens estejam naturalmente livres de propriedade que os caracterizam como tais" BARBOSA, Dênis Borges. Questões Fundamentais de Direito de Autor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 395.

4 "Por acaso constatou-se que a irresistível ascensão do Musée imaginaire cantado por Malraux, quer di-

zer, a multiplicação dos catálogos, dos livros e dos filmes de arte, tenha feito diminuir o público dos museus? Pelo contrário. Quanto mais difundidos os elementos recombinaíveis do museu imaginário, mais foram fundados prédios abertos ao público - cuja função era abrigar e expor a presença física das obras" LÉVY, Pierre. Ciberultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34. 1996, p. 156.

5 Algumas delas não foram objeto de defesa formal, mas poderiam tê-lo sido.

6 Article 322-1 I. - « La destruction, la dégradation ou la détérioration d'un bien appartenant à autrui est punie de deux ans d'emprisonnement et de 30 000 euros d'amende, sauf s'il n'en est résulté qu'un dommage léger. II. - Le fait de tracer des inscriptions, des signes ou des dessins, sans autorisation préalable, sur les façades, les véhicules, les voies publiques ou le mobilier urbain est puni de 3 750 euros d'amende et d'une peine de travail d'intérêt général lorsqu'il n'en est résulté qu'un dommage léger ». Disponível em https://www.legifrance.gouv.fr/codes/article_lc/LEGIARTI000047053456

7 LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011. Altera o art. 65 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para **DESCRIMINALIZAR O ATO DE GRAFITAR**, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Art. 65. **PICHAR OU POR OUTRO MEIO CONSPURCAR EDIFICAÇÃO OU MONUMENTO URBANO**: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. **VALORIZAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO OU PRIVADO MEDIANTE MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA**, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das

posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional."

8 RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.739 - SP (2018/0136581-2) RELATOR MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

9 LDA: "As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais."

10 <https://tactilestudio.co/achievements/fondation-lo-uis-vuit-ton-sensory-decive-tactile-architectural-mod-el/>

11 BRANCO, Sérgio & VELOSO, Júlia. Banksy: anonimato e obras em lugares Públicos. Rio de Janeiro: ITS, 29.10.2025, disponível em: <https://itsriodejaneiro.medium.com/banksy-anonimato-e-obras-em-lugares-p%C3%BAblicos-33179a8c9fa1>

12 TJSP apelação cível nº 0139084-90.2012.8.26.010 0, Rel. Des. VITO GUGLIELMI <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/noticia?codigoNoticia=30772>

13 Art. 24. São direitos morais do autor: IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

14 <https://christojeanneclaude.net/artworks/wrapped-reichstag/>

15 <http://news.bbc.co.uk/2/hi/entertainment/1782186.stm>

Continuação: STJ: Grafite e direitos autorais

16 Caso interessante havido em Nova Iorque sobre a integridade de "muais" de rua e o desenvolvimento imobiliário é retratado em LANDES, William M & POSNER, Richard Allen. The Economic Structure of Intellectual Property Law. EUA: Harvard University Press, 2003, p. 282.

Pedro Marcos Nunes Barbosa Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Cursou seu Estágio Pós-Doutoral junto ao Departamento de Direito Civil da USP. Doutor em Direito Comercial pela USP, Mestre em Direito Civil pela UERJ e Especialista em

Propriedade Intelectual pela PUC-Rio.

Denis Borges Barbosa Advogados Gustavo Martins de Andrade Estágio Pós-Doutoral pela USP, Bacharel em Direito pela PUC-Rio. Sócio Fundador de GMALAW. Vice-Presidente da CDADIE da OAB-RJ.

Brasil registra menor número de patentes em 5 anos



O País registrou 10.682 **patentes** neste ano, o menor número desde 2020, segundo dados do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**). Em paralelo, a quantidade de casos analisados pelo **INPI** de janeiro a outubro deste ano é a mais baixa desde 2016.

Procurado, o **INPI** afirmou que a queda no número de concessões foi causada pelo encerramento de uma força-tarefa que reduziu o estoque de pedidos de 2019 a 2023. O órgão acrescentou que a fila de pedidos caiu de 139 mil em 2020 para 71 mil neste mês, e que os processos que duram mais de uma década "não fazem mais parte da realidade do **INPI**". Leia o comunicado ao fim da reportagem.

Esse gargalo no **INPI** tem feito com que empresas acionem a Justiça para tentar expandir o período de proteção de uma **patente**, em meio à demora do **INPI** em validar a **propriedade** intelectual. Um dos casos mais relevantes será julgado no próximo dia 9 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O processo foi movido pela Novo Nordisk, dona da patente do medicamento Ozempic, usado para tratar obesidade. A patente, de 20 anos, expira em março de 2026, mas o laboratório argumenta que o **INPI** demorou 12 anos para analisar o registro da patente. Por outro lado, o **INPI** alega que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que não há reajuste automático de prazo.

Dados do **INPI** mostram que, entre janeiro e outubro, foram concedidas 10.682 patentes, menos da metade

das 23.892 solicitações registradas no período. O número de patentes autorizadas é o mais baixo desde 2020. Veja o histórico:

O contingente de decisões do **INPI** - deferimentos, indeferimentos e arquivamentos - foi de cerca de 25 mil, o menor desde 2016. O auge foi em 2020, quando 60 mil casos chegaram a um desfecho.

"A redução nos números de concessões e arquivamentos de pedidos de patentes nos últimos anos se deve, principalmente, à conclusão do Plano de Combate ao Backlog de Patentes, que reduziu drasticamente o estoque de pedidos aguardando exame entre 2019 e 2023.

Isso foi possível devido ao aproveitamento da análise realizada no exterior como base para o exame do **INPI**, constituindo um processo mais ágil. Os resultados podem ser verificados nas estatísticas oficiais: o estoque de pedidos aguardando exame caiu de 138.765, em 2020, para 71.260 em novembro de 2025.

Com um estoque menor, é natural que se reduza também a possibilidade de utilizar as análises realizadas no exterior e, consequentemente, os números de concessões e arquivamentos ano a ano também sejam menores. Ainda assim, cabe destacar que o tempo médio entre a entrada do pedido de patente no **INPI** e a decisão técnica final segue caindo: de 6,6 anos, em 2020, para 4,2 anos em outubro de 2025. Dessa forma, torna-se evidente que os processos com duração superior a 10 anos, que existiram em décadas anteriores, não fazem mais parte da realidade do **INPI**.

Com a contratação de 40 examinadores de patente no ano passado, mais 20 esse ano e a previsão de outros

Continuação: Brasil registra menor número de patentes em 5 anos

20 em breve, além de ações como a otimização de processos e a inclusão de recursos de inteligência artificial, bem como a discussão sobre alterações na legislação nacional dessa área, a expectativa do **INPI** é que os prazos de análise de patentes continuem caindo nos próximos anos, com a meta de chegar a 2 anos até o fim de 2026."

Big techs violaram norma do YouTube para treinar IAs com vídeos de Felipe Neto, funk e reportagens

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Felipe Neto durante palestra na edição de 2024 da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), realizada no interior do Rio de Janeiro

-
Isso porque o gigante dos vídeos proíbe o download automático das publicações (mineração de dados). Além disso, as regras do YouTube protegem obras originais com **direitos** autorais em nome do criador.

Google diz que usa conteúdo da plataforma com responsabilidade; outras empresas não comentam
Plataforma proíbe mineração de dados; uso de obras sem licenciamento é tema em tribunais no exterior

São Paulo

Mais de 700 vídeos do canal do influenciador brasileiro Felipe Neto no YouTube foram usados no desenvolvimento de modelos de inteligência artificial de Microsoft, Google, Baidu e outras empresas. O criador diz que nunca foi consultado sobre o uso de suas produções.

Esses materiais são uma pequena fração da YT-Temporal-180M, uma coleção de 5.494.771 publicações no YouTube citada por gigantes da tecnologia em artigos sobre o desenvolvimento de IAs. O arquivo inclui clipes de funk, reportagens e documentários brasileiros.

Todo esse material, assim como pelo menos outros nove conjuntos de vídeos baixados do YouTube e usados no treinamento de modelos de IA, foi obtido com a quebra dos termos de uso da plataforma.

711 vídeos na coleção YT-Temporal-180M

171 vídeos na coleção YT-Temporal-180M

74 vídeos na coleção YT-Temporal-180M

2.205 vídeos na coleção YT-Temporal-180M

579 vídeos na coleção YT-Temporal-180M

A Microsoft, o Google e a Baidu usaram coleções de vídeos raspados (baixados automaticamente) do YouTube durante o desenvolvimento de IAs chamadas de encoder. São modelos que analisam vídeos e acrescentam contexto às cenas.

Essas ferramentas são excelentes pontos de partida para criação de outros modelos de inteligência artificial, explica o diretor do CEIA (Centro de Excelência em Inteligência Artificial) da UFG (Universidade Federal de Goiás) Anderson Soares.

Além do encoder VideoPrism citado em artigo acadêmico, o Google é o dono do principal aplicativo de IA para gerar vídeos do mercado, o Veo 3. O serviço está disponível em pacote vendido por preços a partir

Continuação:
Big techs violaram norma do YouTube para treinar IAs com vídeos de Felipe Neto, funk e reportagens

de R\$ 96,99 ao mês.

Em nota, o YouTube diz que garante que criadores e detentores de direitos controlem como seu conteúdo é utilizado. A plataforma dá a opção de que o usuário permita o compartilhamento de vídeos com outras companhias de tecnologia nas configurações avançadas de seu canal.

Segundo o comunicado, YouTube e Google usam as publicações dos canais no desenvolvimento de modelos de IA, sob a justificativa de aprimorar a experiência de criadores e espectadores. Para acessar o serviço deles, é preciso concordar com essa condição.

"Essa prática abrange desde o fortalecimento de nossas operações de segurança e o aprimoramento de nossos sistemas de recomendação, até o desenvolvimento de novos recursos de IA generativa, como a dublagem automática", diz a nota.

O Google não comentou o uso de vídeos minerados por terceiros em violação aos termos do YouTube, plataforma que pertence ao mesmo conglomerado. Procuradas, Microsoft, Nvidia e OpenAI afirmam que não vão se pronunciar. A Baidu não respondeu às tentativas de contato da reportagem.

Felipe Neto não quis fazer comentários adicionais.

Como a maior parte do conteúdo disponível em domínio público na **internet** está em inglês, obras em outros idiomas são estratégicas para as empresas de inteligência artificial. O conteúdo do YouTube, que hospeda mais de 20 bilhões de vídeos de diversas origens, supre esse vácuo.

Embora a mineração de obras em outros idiomas seja uma estratégia comum, "é difícil afirmar que conteúdo cada empresa minerou", diz o professor de ciência da computação da PUC-SP Diogo Cortiz. Desde que o ChatGPT se tornou um fenômeno no fim

de 2022, os gigantes do setor deixaram de compartilhar detalhes sobre suas pesquisas em IA.

"Há muita falta de transparência na maioria das grandes empresas", diz Cortiz.

No momento, há um debate judicial sobre a legalidade do uso de obras protegidas por **direito** autoral sem o devido licenciamento.

De um lado, associações de jornais, produtores cinematográficos e artistas defendem que o uso de material original no treinamento de IAs só poderia acontecer mediante licenciamento ou acordo contratual. De outro, as empresas americanas do setor argumentam que trata-se de um "uso justo". Elas também pleiteiam uma leitura dos **direitos** autorais mais permissiva, que não freie a inovação.

De acordo com a professora de direito digital Mariana Valente, da Universidade de St. Gallen, na Suíça, os tribunais pelo mundo precisam decidir se é necessário autorização e pagamento ao autor, se basta a concordância com os termos de uso ou se nenhuma dessas exigências se aplica.

As primeiras decisões são deste ano. No início do mês, por exemplo, um tribunal alemão decidiu que a OpenAI violou os direitos do cantor Herbert Grönemeyer - ele mantém um canal no YouTube seguido por 170 mil pessoas.

Os autos mostram que o ChatGPT reproduziu letras do compositor na íntegra. A sentença não abordou o treinamento.

A OpenAI pode recorrer da decisão. "Não concordamos com o veredito e estamos avaliando os próximos passos", disse a empresa em nota.

O tribunal de Munique ainda precisa definir qual será a reparação financeira. Essa decisão pode servir de precedente em outras ações na Europa, diz Valente.

Continuação:
Big techs violaram norma do YouTube para treinar IAs com vídeos de Felipe Neto, funk e reportagens

Na coleção de vídeos YT-Temporal-180M (usada por Google, Microsoft e Baidu), há milhares de produções de três dos dez canais mais seguidos no YouTube por brasileiros e de veículos jornalísticos.

São 711 publicações de Felipe Neto, 171 da produtora KondZilla (conhecida por clipes de funk) e 74 do canal infantil . Havia ainda vídeos do veículo gaúcho Correio do Povo (579) e da revista Veja (2.205).

Essa base de dados está disponível na plataforma Hugging Face e hospedada em um servidor do próprio Google. A Hugging Face mostra que os mais de 20 gigabytes de vídeos YT-Temporal-180M foram baixados 1.493 vezes.

Essa coleção foi reunida, em 2021, por pesquisadores do centro de pesquisa Allen Institute for AI da Universidade de Washington. Os autores do trabalho dizem que usaram a API do YouTube para baixar os vídeos e não consultaram seus criadores.

Em respeito à privacidade e aos **direitos** autorais dos donos dos conteúdos, os pesquisadores dizem que atendem a pedidos de exclusão de obras.

Os artigos acadêmicos das big techs também mencionam outras coleções de vídeos baixados em massa do YouTube. Parte delas foi revelada pela revista The Atlantic.

Os vídeos do YouTube são identificados por um código aleatório, sem referência ao país de origem. Por isso, é difícil medir qual é a parcela exata desse conteúdo que pertence a canais brasileiros.

ou

Arbitragem avança no agro, mas adesão ainda é tímida

PRISMA



Ferramentas de solução de conflitos ganham espaço em um ambiente cada vez mais complexo e competitivo

Assim como em qualquer área, o tempo é um recurso escasso, e encontrar alternativas para construir bons acordos tornou-se um ativo estratégico.

Para a advogada Camila Biral, Vice-Presidente de Agronegócio da CAMARB - **Câmara** de Mediação e **Arbitragem** Empresarial do Brasil, os métodos alternativos de resolução de conflitos ainda são subutilizados pelo setor, apesar do potencial para reduzir custos, ampliar a segurança jurídica e aumentar a eficiência nas relações comerciais.

"Apesar da força econômica e da complexidade do agronegócio brasileiro, o uso da **arbitragem** não acompanha o ritmo observado em outros setores. Nosso objetivo é mostrar que se trata de um caminho mais célere, técnico e alinhado às necessidades do produtor e da cadeia produtiva", afirmou Biral.

Segundo a especialista, a morosidade do processo judicial tradicional tem impulsionado a busca por alternativas. Enquanto ações na Justiça podem levar de sete a dez anos para serem concluídas, procedimentos arbitrais costumam ser encerrados em cerca de dois anos.

"A diferença está na agilidade e na especialização. Na **arbitragem**, as partes escolhem árbitros com co-

abpi.empauta.com

nhecimento técnico sobre o tema em disputa, o que resulta em decisões mais rápidas e assertivas. Para o agro, isso significa previsibilidade e menor impacto nas operações", complementou.

Além da **arbitragem**, a **mediação** surge como ferramenta estratégica, especialmente por sua capacidade de preservar relações comerciais. Por seu caráter colaborativo, ela incentiva o diálogo entre as partes e a construção de soluções consensuais, evitando desgastes e favorecendo a continuidade dos negócios.

"Unindo técnica, especialização e diálogo, buscamos fortalecer a cultura da **mediação** e da **arbitragem** no agro. São instrumentos que aumentam a eficiência das operações e acompanham o ritmo e a complexidade do ambiente de negócios do agronegócio brasileiro", concluiu Biral.

âFique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 5, 6, 11

Marco regulatório | Anvisa

3

Patentes

3, 11

Direitos Autorais

5, 13

Marco regulatório | INPI

11

Propriedade Industrial

11

ABPI | Câmara de Mediação

16